

FUNASA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



CADERNO DE QUESTÕES

NÍVEL SUPERIOR

ANTROPOLOGIA

Ministério
da Saúde



Realização:



LÍNGUA PORTUGUESA

VENENOS LEGALIZADOS

O Globo, 24-01-2010

Cientistas organizam uma lista de alerta sobre agrotóxicos tolerados pela lei brasileira, mas que representam uma ameaça à saúde. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e enfrenta problema crônico de contaminação. Ainda em seu início, a lista já inclui 27 substâncias, cuja venda é permitida, mas sobre as quais há suspeitas de causar desequilíbrios hormonais, com danos que vão de obesidade e depressão à redução da fertilidade masculina.

Os estudos serão apresentados ao Ministério da Saúde, responsável por determinar restrições ao uso de agrotóxicos. As substâncias analisadas levam muito tempo para serem eliminadas do meio ambiente. Por isso, são contaminantes perigosos. O contato inicial acontece nas zonas de produção agropecuária e chega às cidades através do consumo de produtos com traços dos compostos.

O grupo de pesquisa – que reúne universidades como UFRJ, Unicamp e USP, além de três sociedades científicas – diz combater uma tendência histórica do governo de só controlar substâncias após outros países tomarem a iniciativa.

01. A frase “Ainda em seu início, a lista já inclui 27 substâncias...” permite um conjunto de inferências. A frase abaixo que mostra uma inferência **CORRETA** do que é veiculado pela frase destacada é:
- a indicação das substâncias já foi completada.
 - a lista vai incluir muitas outras substâncias prejudiciais.
 - os cientistas estão montando a lista de forma apressada.
 - no início da tarefa, os cientistas encontraram dificuldades.
 - os cientistas, no início do trabalho, já limitaram o número de substâncias.
02. “Cientistas organizam uma lista de alerta sobre agrotóxicos...”; a forma de reescrever-se essa frase de modo que possua o mesmo significado e seja expressa segundo a norma culta da língua portuguesa é:
- Uma lista de alerta sobre agrotóxicos foi organizada por cientistas.
 - Uma lista sobre agrotóxicos fez um alerta organizado pelos cientistas.
 - Cientistas, de forma organizada, alertaram a população sobre agrotóxicos.
 - Organizou-se uma lista pelos cientistas que alerta para o uso de agrotóxicos.
 - Cientistas especialistas em agrotóxicos alertaram a população sobre o perigo dos agrotóxicos.
03. Ao dizer que os agrotóxicos são “tolerados” pela lei brasileira, o autor da reportagem quer dizer que, no Brasil, os agrotóxicos:
- são empregados de forma ilegal.
 - não são fiscalizados, apesar de proibidos.
 - são usados, apesar dos males que podem provocar.
 - são reconhecidos como prejudiciais e, por isso, recusados.
 - só são aceitos porque as leis brasileiras não são cumpridas.
04. Ao dizer que “O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo”, o jornalista, no contexto em que essa afirmação se insere, quer dizer que:
- o problema de contaminação é muito maior entre nós.
 - a agricultura brasileira está em franco aumento de produção.
 - a agricultura brasileira está empregando uma tecnologia de ponta.
 - o Brasil tem altos preços agrícolas, em função dos altos gastos com agrotóxicos.
 - os produtos agrícolas brasileiros são merecedores de confiança por parte dos consumidores.
05. A tese basicamente defendida pela reportagem é a de que:
- as leis brasileiras em relação aos agrotóxicos não devem ser modificadas.
 - as doenças hormonais são provocadas pelo uso de agrotóxicos.
 - os agrotóxicos devem ter sua utilização proibida pelo governo.
 - o Brasil deve importar progressivamente menos agrotóxicos.
 - a agricultura brasileira devia ser basicamente orgânica.
06. Um dos argumentos empregados no primeiro parágrafo do texto para a crítica aos agrotóxicos é o de que:
- provocam trabalho de descontaminação dos alimentos.
 - causam trabalho desnecessário aos cientistas.
 - aumentam nossos gastos com importação.
 - contribuem para o aumento da natalidade.
 - provocam doenças de vários tipos.
07. A alternativa que **NÃO** apresenta a mesma estrutura gramatical que as demais é:
- desequilíbrios hormonais
 - fertilidade masculina
 - tendência histórica
 - maior consumidor
 - lei brasileira
08. Entre as alternativas abaixo, aquela que traz uma incoerência semântica na junção de seus componentes é:
- consumidor de agrotóxicos
 - agrotóxicos tolerados
 - venenos legalizados
 - problema crônico
 - lista de alerta
09. Ao pretenderem entregar os estudos realizados ao Ministério da Saúde, os cientistas pretendem certamente:
- promover uma modificação legal em relação aos agrotóxicos.
 - criticar a ação governamental no tocante ao uso de agrotóxicos.
 - mostrar a falta de ação por parte do Ministério da Saúde.
 - divulgar os conhecimentos novos sobre os agrotóxicos.
 - incentivar o aumento da produção agrícola.

10. Com a forma verbal grifada em “Os estudos **serão apresentados** ao Ministério da Saúde...”, o autor do texto pretende dizer ao leitor que os estudos referidos:
- deverão ser publicados e discutidos em congressos futuramente.
 - serão apresentados futuramente, ainda que sem data certa.
 - em futuro bem próximo, os estudos serão apresentados.
 - serão obrigatoriamente apresentados às autoridades.
 - serão apresentados em um ato oficial.
11. A frase “Os estudos serão apresentados ao Ministério da Saúde” equivale semanticamente a:
- O Ministério da Saúde apresentará os estudos.
 - Apresentar-se-ão os estudos ao Ministério da Saúde.
 - Ao Ministério da Saúde cabe apresentar os estudos.
 - Por meio dos estudos, o Ministério da Saúde será informado.
 - O Ministério da Saúde será o encarregado de apresentar os estudos.
12. Na publicação, a reportagem cujo texto serve de base para as questões desta prova é acompanhada por um conjunto de ilustrações, que são legendadas com comentários. O comentário abaixo que **NÃO** está coerente com o teor do texto lido é:
- Contaminado por compostos que demoram a se degradar, o pasto é ingerido pelo gado.
 - Os poluentes seguem o lençol freático até o rio, onde contaminam a vida marinha e o homem.
 - Ao comer carne bovina, o homem entra em contato com moléculas presentes em agrotóxicos.
 - A água contaminada por agrotóxicos pode ser captada por poços. Depois dessa etapa, servirá ao consumo impróprio do homem.
 - O pesticida é aplicado no solo por agricultores, mesmo contrariando orientação do Ministério da Saúde, e determinadas substâncias são levadas pela chuva até o lençol freático.
13. “As substâncias analisadas levam muito tempo para serem eliminadas do meio ambiente. Por isso, são contaminantes perigosos.” Segundo esse segmento, o perigo das substâncias analisadas relaciona-se com:
- o demorado tempo levado para a análise dessas substâncias.
 - o reduzido tempo de atuação dessas substâncias.
 - a fraqueza defensiva do meio ambiente.
 - a lenta degradação dessas substâncias.
 - a grande intensidade de seus efeitos.
14. A alternativa em que o conector em destaque tem seu sentido corretamente indicado é:
- “**Por** isso, são contaminantes perigosos.” = meio.
 - “... e chegam às cidades **através do** consumo de produtos...” = lugar.
 - “... de só controlar substâncias **após** outros países tomarem a iniciativa.” = condição.
 - “As substâncias levam muito tempo **para** serem eliminadas do meio ambiente.” = direção.
 - “Cientistas organizam uma lista de alerta **sobre** agrotóxicos tolerados pela lei brasileira...” = assunto.
15. “Ainda em seu início, a lista **já** inclui 27 substâncias...”; a frase abaixo em que o termo **JÁ** apresenta o mesmo valor que mostra nessa frase em que aparece em negrito é:
- Já agora as leis não precisam mais de alterações.
 - Alguns agrotóxicos já foram proibidos no Brasil.
 - Mudanças devem já ser realizadas.
 - As novas leis devem mudar já.
 - Modificações serão feitas já!
16. A produção **agropecuária** se refere somente à produção de:
- cereais e carne.
 - cereais, frutas e legumes.
 - carne e derivados do leite.
 - produtos agrícolas e animais.
 - carne, frutas e derivados do leite.
17. O último parágrafo do texto critica no governo:
- a falta de ousadia
 - o descaso com a saúde
 - o desconhecimento da matéria
 - o excesso de preocupação política
 - a prioridade da educação sobre a saúde
18. A indicação das universidades e sociedades que realizaram o estudo transmite a essas pesquisas:
- urgência e precisão
 - credibilidade e urgência
 - seriedade e credibilidade
 - precisão e exibicionismo
 - exibicionismo e seriedade
19. Ao dizer que a tendência de o governo só controlar substâncias após outros países tomarem a iniciativa é “histórica”, o autor do texto quer dizer que essa tendência é:
- digna do maior respeito e admiração.
 - demonstrativa de nosso atraso científico.
 - denunciada pelos jornais há muito tempo.
 - habitual e constante nas posições do governo.
 - sempre fez parte das heranças lusas deixadas em nossa terra.
20. “... através do consumo de produtos com **traços** dos compostos”; o termo destacado equivale semanticamente a:
- característica determinante
 - ato ou efeito de traçar
 - quantidade mínima
 - imagem impressa
 - aquilo que restou

INFORMÁTICA BÁSICA

21. Ao se empregar um microcomputador, no que tange aos componentes de “hardware”, observa-se que os dispositivos de entrada e saída de dados são conectados ao gabinete por meio de interfaces específicas. Assim, mouses ópticos e impressoras utilizam conectores, cujas sigla e imagem estão indicadas na seguinte alternativa:

A) USB e



B) USB e



C) RJ45 e



D) PS/2 e



E) PS/2 e



22. A figura abaixo ilustra um microcomputador, especificado como *Computador Intel Core 2 Duo 2.66Ghz 4GB 500GB + LCD 20" Wide LG*.



A citação “4GB 500 GB” faz referência às capacidades de armazenamento, respectivamente, dos seguintes dispositivos:

- A) MEMÓRIA CACHE E CD/RW
 B) MEMÓRIA ROM E PENDRIVE
 C) MEMÓRIA VIRTUAL E DVD-R
 D) MEMÓRIA RAM E FLOPPY DISK
 E) MEMÓRIA DDR E DISCO RÍGIDO

23. Usuários dos sistemas operacionais *Windows 98/XP/Vista/7* acessam a interface gráfica do *Windows Explorer* para visualização, na tela, dos detalhes de dispositivos de armazenamento de dados, como pastas e arquivos armazenados nos discos rígidos e *pendrives*, por exemplo. Para fechar a interface gráfica, eles devem teclar no X existente no canto superior direito da janela ou executar um atalho de teclado que corresponde a pressionar, simultaneamente, as seguintes teclas:

- A) Alt e F2
 B) Alt e F4
 C) Alt e F7
 D) Ctrl e F2
 E) Ctrl e F4

24. Sistemas operacionais da linha *Windows* disponibilizam uma ferramenta de desenho que pode ser utilizada para criar desenhos em preto e branco ou coloridos, os quais um usuário pode salvar como arquivos em formato de *bitmap*. Este usuário também pode usar a ferramenta para enviar seu desenho em email, definir a imagem como um plano de fundo de área de trabalho e salvar arquivos de imagem usando outros formatos. Essa ferramenta é denominada:

- A) Pagemaker
 B) Design
 C) Draw
 D) Web
 E) Paint

25. No *MS Office Word 2007 BR*, a *Barra de Menus* passou a ser chamada de *Faixa de Opções*, que faz parte da interface, tendo sido projetada para ajudar a localizar rapidamente os comandos necessários à conclusão de uma tarefa. Os comandos são organizados em grupos lógicos reunidos em *guias*. Nesse contexto, observe as figuras I e II abaixo, referentes a recursos existentes no *MS Office Word 2007 BR*.



figura I

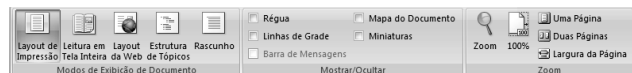


figura II

Para se ter acesso às opções de *Layout de Impressão*, *Régua* e *Zoom*, mostrados na figura II, deve-se acionar, na figura I, a seguinte opção:

- A) Início
- B) Revisão
- C) Exibição
- D) Referências
- E) Layout da Página

26. Um funcionário da FUNASA criou no *Excel 2003 BR* a

	A
1	17
2	20
3	34
4	49
5	
6	???
7	20

planilha. Inseriu em A6 a fórmula

$=MOD(MÉDIA(A1:A4);7)$ e, em A7, a função para determinar o segundo menor número dentre todos os mostrados de A1 a A4. O valor mostrado em A6 e a função inserida em A7 são:

- A) 1 e =MÍNIMO(A1:A4)
- B) 1 e =MENOR(A1:A4)
- C) 2 e =MENOR(A1:A4;2)
- D) 2 e =MÍNIMO(A1:A4;2)
- E) 3 e =MENOR(A1:A4;2)

27. Na planilha abaixo, elaborada no *Excel 2007 BR*, o campo *SITUAÇÃO* é inserido a partir de uma fórmula aplicada sobre os valores das células *QUANTIDADE MÍNIMA* e *QUANTIDADE EXISTENTE*. A situação do estoque é considerada *Suficiente* quando a *QUANTIDADE EXISTENTE* é maior ou igual à *QUANTIDADE MÍNIMA*.

FUNASA - CONTROLE DE VACINAS - 2010					
CÓDIGO	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE		SITUAÇÃO
			MÍNIMA	EXISTENTE	
F985320	Poliomielite	um	13	11	Repor
F638731	Sarampo	um	8	17	Suficiente
F950387	Gripe	um	18	3	Repor

A fórmula a ser inserida na célula G7 é:

- A) $=SE(F7<E7;"Repor";"Suficiente")$
- B) $=SE(F7>E7;"Suficiente";"Repor")$
- C) $=SE(F7<=E7;" Suficiente";"Repor")$
- D) $=SE(F7<E7 ENTÃO " Suficiente" SENÃO "Repor")$
- E) $=SE(F7>=E7 ENTÃO "Repor" SENÃO " Suficiente")$

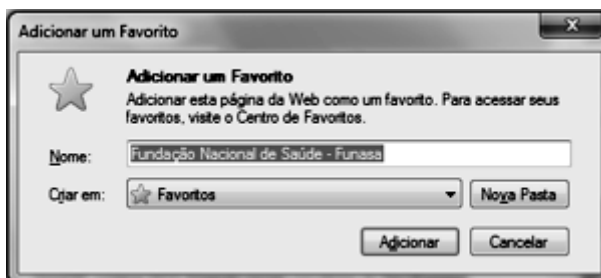
28. O pacote *MS Office 2007 BR* integra diversos programas, cada um com suas funcionalidades. O *POWERPOINT*, incluído nesse pacote, permite a geração de:

- A) logomarcas em formato CDR e apresentações em PPT
- B) documentos em PDF e logomarcas em formato CDR
- C) planilhas em formato XLSX e documentos em PDF
- D) apresentações em formato PPT e figuras em JPG
- E) figuras em JPG e planilhas em formato XLSX

29. Ao empregar o



português, como browser para navegação na Internet, um usuário pode utilizar ícones ou atalhos de teclado. Desse modo, esse usuário pode utilizar um atalho de teclado que possibilita adicionar a página corrente a favoritos, conforme exemplificado por meio do site <http://www.funasa.gov.br/internet/index.asp>, na figura abaixo.



Para exibir essa figura, deve-se pressionar simultaneamente as teclas Ctrl e:

- A) A
- B) D
- C) F
- D) K
- E) W

30. Na utilização do *Outlook Express* como software de correio eletrônico, para imprimir uma mensagem recebida, um usuário deve acessar a Caixa de Entrada e clicar no ícone



Como alternativa, ele pode também acionar a opção *Imprimir*, na janela *"pop-up"* do menu *Arquivo*, ou executar o seguinte atalho de teclado:

- A) <Alt> + I
- B) <Alt> + P
- C) <Ctrl> + I
- D) <Ctrl> + P
- E) <Shift> + P

LEGISLAÇÃO

31. Legislar sobre populações indígenas é competência da seguinte natureza e ente:
- concorrente – União / Estados / Distrito Federal
 - comum – Estados / Municípios
 - exclusiva – Congresso Nacional
 - comum – União / Estados
 - privativa – União
32. Autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, ouvidas as comunidades afetadas, é competência da seguinte natureza / ente:
- privativa / FUNASA
 - exclusiva / Congresso Nacional
 - exclusiva / Presidência da República
 - comum / Presidência da República e FUNASA
 - concorrente / Presidência da República e Congresso Nacional
33. Decreto de iniciativa privativa do Presidente da República, após avaliação da FUNASA, removeu grupo indígena de sua terra. Este ato é classificado como:
- permissionário revogável
 - concessionário extinto
 - legislativo inválido
 - negocial legítimo
 - normativo nulo
34. Segundo a legislação federal, o direito de a Administração anular os atos administrativos que gerem efeitos favoráveis para os destinatários decairá no seguinte prazo, em anos:
- 20
 - 15
 - 10
 - 5
 - 2
35. A pena de advertência é a primeira medida a ser aplicada diante da seguinte conduta de violação funcional:
- manter sob sua chefia imediata parente até o segundo grau
 - revelar segredo obtido em razão do cargo
 - acumular cargo público ilegalmente
 - cometer incontinência pública
 - abandonar o cargo
36. Dentre as graves condutas geradoras de demissão do servidor público, aquela que apenas o incompatibiliza para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de cinco anos é:
- praticar ato considerado como improbidade administrativa
 - aplicar dinheiro público de forma irregular
 - valer-se do cargo em proveito pessoal
 - causar lesão aos cofres públicos
 - participar de corrupção
37. O financiamento, com recursos próprios, do subsistema de atenção à saúde indígena, sem prejuízo de custeio complementar voluntário, compete:
- ao Município
 - à FUNASA
 - à FUNAI
 - à União
 - ao Estado
38. No que tange à execução dos serviços de atenção à saúde do índio, o órgão responsável pela apreciação da prestação de contas das instituições envolvidas é:
- Conselho Distrital de Saúde Indígena
 - Distrito Sanitário Especial
 - Conselho Local de Saúde
 - Casa do Índio
 - FUNAI
39. NÃO figura como atribuição das Casas de Saúde Indígena, a seguinte atividade:
- providenciar o retorno do paciente à comunidade
 - realizar atendimento cirúrgico de emergência
 - alimentar paciente e acompanhante
 - prestar assistência de enfermagem
 - marcar exame complementar
40. Os Conselhos Distritais de Saúde são instâncias de controle social que contam com a participação de usuários e organizações governamentais no seguinte percentual, respectivamente:
- 30 – 70
 - 40 – 60
 - 50 – 50
 - 60 – 40
 - 70 – 30

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. *Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está claro, pelo menos, a extensão do que não se sabe. Os estudos de caso [...] são fragmentos de conhecimento que permitem imaginar, mas não preenchem as lacunas de um quadro que gostaríamos fosse global. Permitem também, e isto é importante, não incorrer em certas armadilhas.*

[CUNHA, M.C. *Introdução a uma história indígena*. In: CUNHA, M.C. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: SMC: FAPESP, 2008, p. 11-26]

Entre as armadilhas possíveis acerca da história indígena, aquela que decorre do pensamento evolucionista do século XIX é a crença:

- na benemerência da ação evangelizadora
- na existência de sociedades puras
- no pacifismo das comunidades
- na eficácia dos aldeamentos
- no primitivismo dos grupos

42. De meados do século XVII a meados do século XVIII, quando Portugal estava interessado em ocupar a Amazônia, os jesuítas talharam para si um enorme território missionário. Foi o seu século de ouro iniciado pela formidável influência junto a D João IV e ao Papa que Vieira, nosso maior escritor, logrou obter. A partir da expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, e sobretudo a partir da chegada de D João VI ao Brasil, em 1808, a política indigenista viu sua arena reduzida e sua natureza modificada.

[CUNHA, M.C. *Introdução a uma história indígena*. In: CUNHA, M.C. (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: SMC: FAPESP, 2008, p. 11-26]

O fato que explica as mudanças na política indigenista ocorridas em conformidade com o texto em referência é:

- A) a rejeição ao modelo pombalino de proteção aos indígenas
- B) a retomada de uma política de tutela dos grupos indígenas arredios
- C) a ausência de vozes dissonantes em defesa dos interesses indígenas
- D) o interesse das grandes companhias mineradoras do subsolo indígena
- E) a recusa dos latifundiários na exploração da mão de obra escrava indígena

43. A Primeira Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, realizada em 1986, levantou princípios gerais [para nortear as políticas públicas indigenistas]. Em 1988, esses princípios foram incorporados pela Assembleia Nacional Constituinte, que criou o Sistema Único de Saúde e garantiu aos povos indígenas o direito de atenção integral e diferenciada em relação à saúde.

[LANGDON, E. Jean. *A tolerância e a política de saúde do índio no Brasil: são compatíveis os saberes biomédicos e os saberes indígenas*. In: GRUPIONI, L.D.B. et al.(orgs). *Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: USP, 2001. p. 157-158]

Entre esses princípios, é possível **descartar** o seguinte:

- A) o direito universal à saúde
- B) a isonomia na ocupação da terra
- C) o respeito às especificidades culturais
- D) a qualidade de vida frente à sociedade envolvente
- E) o reconhecimento das práticas tradicionais de cada grupo

44. Na Constituição Federal, a garantia do direito indígena de atenção integral e diferenciada à saúde é justificada pela:

- A) introdução de valores éticos não índios e seu impacto no grupo
- B) imposição de confronto dos saberes biomédicos e dos saberes tradicionais indígenas
- C) necessidade de mapear as comunidades indígenas e suas doenças letais recorrentes
- D) política assistencialista do governo federal e sua repercussão na mídia internacional
- E) vulnerabilidade dos índios em termos da situação de saúde e de sua especificidade étnica

45. No mundo moderno, a tolerância é mais necessária do que nunca. Vivemos numa época marcada pela mundialização da economia e pela aceleração da mobilidade, da comunicação, da integração e da interdependência, das migrações e dos deslocamentos de populações, da urbanização e da transformação das formas de organização social. Visto que inexistem uma única parte do mundo que não seja caracterizada pela diversidade, a intensificação da intolerância e dos confrontos constituem ameaça potencial para cada região. Não se trata de ameaça limitada a esse ou àquele país, mas de ameaça universal.

[UNESCO. *Declaração de Princípios Sobre a Tolerância*. Art. 3. Dimensões Sociais. 3.1. Paris, 16 nov 1995. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>]

Por definição, esse princípio acima, em relação à população indígena, compreende os seguintes aspectos:

- A) atenção, proteção e apoio às populações indígenas economicamente desfavorecidas
- B) justiça, imparcialidade e imunidade das leis em igualdade com os demais cidadãos
- C) condescendência, concessão e indulgência na aplicação da legislação em vigor no país
- D) respeito, aceitação e apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo
- E) direito, reconhecimento e dever de proteção clientelista do Estado nacional

46. O modelo brasileiro de atenção à saúde indígena resulta das deliberações de três conferências nacionais específicas (1986, 1993 e 2001) e foi ratificado pela XII Conferência Nacional de Saúde que reafirmou o papel da FUNASA na coordenação, normatização e execução do subsistema em Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

[MAGALHÃES, Edgar Dias. *Gestão da saúde indígena. O Modelo Brasileiro de Atenção à Saúde Indígena*. In: *Primer Foro Nacional de salud de los Pueblos Indígenas*. San José: Ciosta Rica, 16 a 28 out 2005. Disponível em <<http://ministeriodesalud.go.cr/ops/documentos/docGestao%20e%20saude%20indigena%20-%20Brasil.pdf>>]

A definição territorial desses Distritos – DSEI – leva em conta o seguinte critério de organização:

- A) localização das áreas geoeconômica agropastoril predominante no meio rural
- B) delimitação dos estados e municípios de localização das terras indígenas
- C) espacialização das endemias recorrentes nas comunidades indígenas
- D) distribuição demográfica tradicional dos povos indígenas
- E) movimentação sazonal dos diferentes povos indígenas

47. Se a palavra *genocídio* foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse [a conquista da América]. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a essa hecatombe.

[Tzetan Todorov. In: CIMI. *Outros 500: construindo uma nova história*. São Paulo: Salesiana, 2001, p]

Dentre os fatores históricos que explicam o genocídio em questão, é possível **desconsiderar** a seguinte questão:

- A) assassinatos seletivos
- B) escravização indígena
- C) aldeamentos forçados
- D) guerras de apresamento
- E) desestruturação sociocultural

48. A Portaria 070/GM/MS, de 20 de janeiro de 2004, aprovou as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

O art. 3º dessa Portaria expressa a seguinte competência da FUNASA:

- A) formular, aprovar e normatizar a Política Nacional de atenção à saúde dos povos indígenas
- B) planejar, coordenar e garantir a assistência farmacêutica no âmbito da atenção à saúde dos povos indígenas
- C) coordenar, articular e assegurar, no âmbito de cada Unidade federada, a execução das ações de saúde indígena
- D) coordenar, normatizar e executar ações integrais de atenção à saúde dos povos indígenas de acordo com os princípios e diretrizes do SUS
- E) planejar, coordenar e executar as ações integrais de saúde na área de abrangência dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI

49. Após o golpe militar de 1964, a Amazônia brasileira passou a ser objeto de uma agressiva política de ocupação demográfica e de desenvolvimento econômico, enquadrada numa estratégia geopolítica de integração regional, elaborada nos anos 50 e começo dos 60 sob a influência da Escola Superior de Guerra.

[ARRUDA, A. *A Escola Superior de Guerra*. São Paulo: Edições GRD; Brasília, INL/FN Pró Memória, 1983]

A política em causa teve sua inspiração na seguinte doutrina:

- A) Social-Cristã
- B) Direito Privado
- C) Milagre Brasileiro
- D) Destino Manifesto
- E) Segurança Nacional

50. A alternativa que define uma competência específica das CORE – Coordenações Regionais da Fundação Nacional de Saúde – é:

- A) supervisionar e avaliar as ações desenvolvidas no âmbito dos DSEI
- B) aprovar e acompanhar a execução do plano distrital de saúde indígena
- C) planejar, em conjunto com os DSEI, as ações integrais de saúde indígena
- D) avaliar e controlar a qualidade da assistência prestada em seu território de abrangência
- E) executar, em conjunto com o Setor de Engenharia e Saúde Pública, o saneamento e a vigilância ambiental

51. Propor normas, critérios, parâmetros e métodos para alocação de recursos financeiros, e também o controle da qualidade e a avaliação das ações de saúde indígena estão entre as competências do seguinte organismo:

- A) Sistema Único de Saúde
- B) Coordenações Regionais
- C) Departamento de Saúde Indígena
- D) Distrito Sanitário Especial Indígena
- E) Conselho Distrital de Saúde Indígena

52. O subsistema de Saúde Indígena está organizado na forma de Distritos Sanitários Especiais Indígenas que contam com uma rede interiorizada de serviços de atenção básica, organizada de forma hierarquizada e articulada com a rede de serviços do Sistema Único de Saúde para garantir a assistência de média e alta complexidade.

[MAGALHÃES, Edgar Dias. *Gestão da saúde indígena. O Modelo Brasileiro de Atenção à Saúde Indígena*. In: *Primer Foro Nacional de salud de los Pueblos Indígenas*. San José: Ciosta Rica, 16 a 28 out 2005. Disponível em <<http://ministeriodesalud.go.cr/ops/documentos/docGestao%20e%20saude%20indigena%20-%20Brasil.pdf>>]

A estrutura de apoio desses Distritos **NÃO** se caracteriza pela presença de:

- A) Casas de Saúde do Índio
- B) agentes indígenas de saúde
- C) agentes indígenas de saneamento
- D) Núcleos de Assistência ao Indígena Idoso
- E) polos-base com equipes multidisciplinares

53. A crescente mobilização da sociedade civil, assim como a formação de movimentos em prol dos direitos dos povos indígenas, dos 'remanescentes dos quilombos' e de outros grupos sociais, levou a um crescente aumento na demanda por especialistas em Antropologia – seja nas instituições de defesa dos direitos civis e de minorias, no Ministério Público Federal ou em órgãos da administração encarregados da identificação e gestão de populações cujos direitos são constitucionalmente reconhecidos.

[O'DWYER, Eliane Catarino. *Laudos antropológicos: Pesquisa aplicada ou Exercício Profissional da Disciplina?* In: LEITE, Ilka B. (org). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis: NUER:ABA, 2005, p.215. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/laudos.pdf#page=205>>]

Segundo determinação da Portaria MJ nº 14, de 09 de janeiro de 1996, cabe ao antropólogo responsável pelo relatório final de demarcação registrar, entre os itens do levantamento fundiário, a seguinte questão:

- A) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios
- B) descrição e mapeamento dos aspectos cosmológicos do grupo
- C) identificação e descrição da distribuição espacial da população aldeã
- D) dados e registros acerca das taxas de natalidade/mortalidade do grupo
- E) pesquisa e descrição das relações socioculturais com a sociedade envolvente

54. É importante lembrar [...] que a Constituição Brasileira de 1988 alinhou-se entre as que proclamam a proteção dos direitos humanos como um de seus princípios fundamentais. Um sinal evidente desse alinhamento é justamente a existência de um capítulo a respeito dos índios e seus direitos. De modo geral, pode-se dizer que todos os direitos enumerados nesse capítulo já estavam inseridos na legislação brasileira [...], entretanto. O fato de estarem previstos na própria Constituição aumenta a eficácia desses direitos, torna mais difícil sua eliminação ou restrição e condiciona a atuação do Executivo, do Judiciário e do próprio Parlamento.

[DALLARI, Dalmo de Abreu. Cit. SILVA, L.M. da. *O Reconhecimento dos Direitos Originários dos Índios sobre suas Terras Tradicionais na Constituição de 1988 e a Extensão do conceito de Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas*. In: Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados: MS, v.6, n. 11, Jan-Jun. 2004, p. 141. Disponível em: <http://www.unigran.br/revistas/juridica/ed_anteriores/11/artigos/09.pdf>]

Segundo a Constituição em vigor, a alternativa que indica adequadamente o Poder Público e a respectiva competência é

- A) Ministério Público - arbitrar os litígios étnico-culturais indígenas
- B) Executivo Federal - normatizar deslocamentos sazonais indígenas
- C) Judiciário Federal - legislar acerca das demandas das populações indígenas
- D) Senado Federal - defender judicialmente os direitos das populações indígenas
- E) Congresso Nacional - autorizar a lavra de riquezas mineiras em terras indígenas

55. Segundo o Art. 231 da Constituição em vigor, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas **NÃO** está expresso na seguinte alternativa:

- A) ocupação em caráter permanente
- B) áreas de preservação permanente
- C) base para reprodução física e cultural
- D) utilização para suas atividades produtivas
- E) preservação dos recursos ambientais necessários a o bem-estar

56. Art.1º - As terras indígenas, de que tratam o art. 17, I, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 231 da Constituição, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob a orientação do órgão federal de assistência ao índio, de acordo com o disposto neste Decreto.

[Decreto nº 1.775, do Ministério da Justiça, de 8 de janeiro de 1996. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/1775-96.htm>>].

O órgão federal ao qual se refere o artigo supracitado é:

- A) FUNAI
- B) FUNASA
- C) Museu do Índio
- D) Ministério da Justiça
- E) Ministério do Interior

57. Passei dois anos e meio entre os índios Siona, estudando seu sistema de saúde. Assim, pesquisei como eles definem doenças, suas noções etiológicas e seus itinerários terapêuticos. Para os Siona, foi evidente que ao longo do episódio de uma doença, eles alteram entre suas práticas tradicionais e a procura do médico, do posto de saúde, e/ou da farmácia. Para os índios isso não representa contradições nem problemas, para o médico sim.

[BECKER, S.G. et al. *Dialogando sobre o processo saúde/doença com a Antropologia: entrevista com Esther Jean Langdon*. In: Revista Brasileira de Enfermagem. v.62, nº 2. Brasília. Mar/Abr. 2009, p. 1-5. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672009000200025&script=sci_arttext>]

O ponto de diferença entre a biomedicina e a antropologia, que se pode inferir do texto, está apoiado na seguinte noção antropológica:

- A) relativismo
- B) positivismo
- C) coletivismo
- D) universalismo
- E) iteracionismo

58. A formação dos profissionais da saúde no país está voltada prioritariamente para a intervenção e o atendimento individual da demanda espontânea, pautado pela ética profissional, o que os responsabiliza pela luta na preservação da vida. Muitas vezes, isso dificulta a percepção [...] do grupo social nos aspectos inerentes à atenção a saúde. Neste sentido, existe uma prática de organização de serviços de saúde que [...] perde assim a oportunidade de diálogo, por exemplo, entre a prática médica ocidental e a medicina tradicional, a qual pode contribuir para o desenvolvimento de um sistema local de saúde adequado à realidade dos povos indígenas. Os antropólogos – cuja formação está voltada ao conhecimento mais aprofundado de determinado grupo populacional – poderiam esclarecer tal ligação, buscando instrumentos de facilitação dessa discussão para que o diálogo seja efetivado.

[ATHIAS, Renato, MACHADO, Marina. *A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar*. In: Cadernos de Saúde Pública. v.17, nº 2. Rio de Janeiro. Mar/Abr. 2001, p.1-6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2001000200017>>]

O aspecto central relativo à dificuldade de percepção do grupo social por parte dos profissionais da saúde presente no texto e que pode ser mediado pelo antropólogo está ligado à noção de:

- A) liberdade
- B) participação
- C) fraternidade
- D) voluntariado
- E) solidariedade

59. Art. 2º - A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalho desenvolvido por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio.

[Decreto nº 1.775, do Ministério da Justiça, de 8 de janeiro de 1996. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/1775-96.htm>>]

A primeira etapa do processo de demarcação explícita no artigo acima é:

- A) a diligência
- B) a delimitação
- C) a identificação
- D) o mapeamento da região
- E) o memorial descritivo

60. Por último, outra área de conhecimento em que é possível existir divergência de entendimento [entre o antropólogo e os profissionais de saúde] está relacionada ao 'sistema de informação', sobretudo na discussão da elaboração de instrumentos que contemplem informações pertinentes para subsidiar o planejamento das ações e na vigilância em saúde. Neste aspecto observa-se a necessidade, durante a elaboração ou adaptação desses instrumentos, de haver maior complementaridade entre os conhecimentos dos antropólogos e dos profissionais de saúde, criando subsídios para que o sistema de informação em saúde para os distritos sanitários seja concebido sob uma ótica de praticidade e de flexibilidade que leve em consideração a diversidade cultural das populações indígenas.

[ATHIAS, Renato, MACHADO, Marina. *A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar*. In: Cadernos de Saúde Pública. v.17. nº 2. Rio de Janeiro. Mar/Abr. 2001, p.1-6. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2001000200017>>]

Entre os pontos básicos que deveriam nortear a discussão relativa ao sistema de informações, ainda necessária no contexto de implantação dos DSEI no início do século XXI, **NÃO** é admissível a seguinte alternativa:

- A) discriminar os problemas locais
- B) tornar intrincada a coleta de dados
- C) identificar os recursos para gerenciamento local
- D) fornecer dados precisos ao sistema nacional de saúde
- E) melhorar a discriminação de dados produzidos no campo

PÁGINA EM BRANCO

PÁGINA EM BRANCO

PÁGINA EM BRANCO

ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 60(sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D e E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 20** - *Língua Portuguesa*; de **21 a 30** - *Informática Básica*; de **31 a 40** - *Legislação*; de **41 a 60** - *Conhecimentos Específicos*

A duração da prova é de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, o tempo para a marcação da folha de respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

INSTRUÇÕES

1. Ao receber o caderno de questões, verifique, de imediato, na capa, se a prova corresponde ao cargo para o qual concorre. Qualquer discordância, comunique ao fiscal de sala.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova confira se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, na **folha de respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **caderno de questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas na **folha de respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale na **folha de respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas a **folha de respostas**:
 - não haverá substituição;
 - não deixar de assinar no campo próprio;
 - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição da **folha de respostas**;
 - não serão consideradas questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a **folha de respostas**.
11. Ao terminar a prova, entregue a **folha de respostas**.

BOA PROVA!